

## O ESTUDO DA INTERAÇÃO CULTURAL EM ARQUEOLOGIA

*Erika Marion Robrahn-González\**

Há quase um século, o fenômeno da interação cultural vem sendo discutido na Arqueologia, embora partindo de perspectivas por vezes bastante distintas. No início do século XX, a Escola Difusionista foi a primeira a analisar e incorporar o fenômeno de interação em seu corpo conceitual. Esta escola mostrava-se frontalmente contrária à noção de universalidade defendida pela Escola Evolucionista do século XIX (e principalmente pelo seu grande defensor, Charles Darwin), bem como pela relação direta que pretendia estabelecer entre desenvolvimento biológico e estágio cultural evolutivo (Tylor 1871, 1878; Morgan 1870, 1877).

A Escola Difusionista defendia a individualidade de cada cultura, que seria composta por uma configuração específica de traços e padrões, como resultado de fatores históricos próprios. O principal processo histórico que levaria ao desenvolvimento cultural seria o empréstimo inter-sociedades, que ocorreria através do fenômeno da difusão. A partir daí, seria possível explicar semelhanças e diferenças entre as culturas (Lowie 1917, Dixon 1928, Boas 1940 a e b, Bennett 1948).

Define-se, assim, portanto, uma diferença básica na percepção da interação social: enquanto os evolucionistas ignoravam a história individual das culturas e consideravam que a interação social não teria força suficiente para modificar o curso das mudanças, basicamente fixadas na evolução biológica das espécies, os difusionistas se mostravam frontalmente contrários à idéia de regularidades culturais universais, e defendiam que a interação social seria a principal alavancadora de processos de mudança cultural. Por outro lado, alertavam que a interação constituiria um fenômeno particular e relacionado à história de sociedades individuais sendo, assim, imprevisível e assistemática. A difusão, anteriormente utilizada para explicar dife-

renças na velocidade da mudança cultural, tornou-se a causa desta diversidade.

Segundo Schortman & Urban (1992: 7), a comunidade arqueológica se mostrava desconfortável frente aos princípios difusionistas, particularmente com os sistemas classificatórios propostos, nos quais os artefatos e estilos de artefatos eram considerados como elementos destituídos de qualquer significado comportamental (Caldwell 1959, Collins 1940, McKern 1939, Rouse 1953, entre outros, citados por Schortman & Urban 1992: 7).

Durante a década de 30, antropólogos e arqueólogos se voltaram a analisar alguns aspectos referentes à interação cultural, procurando identificar os diferentes mecanismos de contato, compreender os processos de adoção de traços culturais e avaliar os efeitos do contato sobre processos locais de mudança cultural. A partir daí, a difusão passou a não ser mais considerada como um processo automático, mas sim como um fenômeno que operaria dentro de um contexto cultural e ambiental específico, definindo como as inovações se expandiriam e afetariam as sociedades receptoras (Schortman & Urban 1992: 7-8).

Ainda na década de 40, todavia, duas novas escolas se desenvolvem (a Escola Determinista, a partir dos trabalhos principalmente de Leslie White e Betty Meggers, e a Ecologia Cultural, de Julian Steward) e em ambas a difusão torna-se um fenômeno praticamente ignorado.

A Escola Determinista definia que o objetivo básico de qualquer cultura seria a sobrevivência, e que a estruturação das sociedades estaria diretamente relacionada à maneira mais efetiva de explorar o meio ambiente. As mudanças tecnológicas passariam a determinar o desenvolvimento das culturas. Dentro deste esquema, o contato cultural poderia, segundo os autores, aumentar a velocidade de complexificação de uma sociedade, mas não teria força suficiente para se tornar responsável pelas mudanças, profundamente calcadas no desenvolvimento tecnológico (White 1945, 1971, 1957; Meggers 1954, 1971, 1956).

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Já a Ecologia Cultural de Steward se interessava em compreender a mudança cultural, acrescentando uma perspectiva antropológica à questão de como as sociedades vivas funcionam. Indicou que as sociedades não interagiam somente entre si, mas, principalmente, com o meio ambiente. Steward denominou como “ecologia cultural” a maneira como a adaptação ao meio ambiente poderia levar a mudanças culturais (Steward 1937, 1942, 1949, 1955, 1966).

Steward dividiu os traços culturais entre centrais (constituindo os padrões comportamentais relacionados à adaptação humana ao ambiente físico) e secundários (constituindo todos os demais aspectos do comportamento, entre os quais se inclui a difusão, e que contribuiriam para a diversidade cultural, servindo para obscurecer o desenvolvimento de regularidades entre as sociedades). Itens como tecnologia, tamanho do assentamento ou densidade populacional seriam funcionalmente inter-relacionados tanto entre si, como com o meio ambiente. Já os elementos estilísticos (onde se incluem desde motivos decorativos da cerâmica a formas arquitetônicas) seriam livres de interferências ambientais, correspondendo a traços culturais secundários. Assim, a Ecologia Cultural se mostrava hostil em considerar a interação cultural como elemento atuante em processos de mudança cultural.

A década de 60 viu surgir uma grande insatisfação frente às perspectivas evolucionistas e funcionalistas, levando ao surgimento da *New Archaeology* e, na década de 70, da Teoria dos Sistemas Mundiais de Wallerstein (para uma descrição geral destas escolas vide, entre outros, Trigger 1989, Malina & Vasíček 1990, Willey & Sabloff 1993, Hodder 1994). O início dos estudos de troca (ou comércio) de bens se mostra como um bom exemplo. A troca se apresenta como um fenômeno que produz resultados arqueológicos recuperáveis, e as principais questões discutidas, na época, eram basicamente duas:

- 1) Provar a existência do contato inter-regional, especificando os mecanismos de interação;

- 2) Determinar em que medida a troca estaria integrada aos sistemas culturais estudados e o papel dinâmico que desempenharia nos processos de mudança cultural.

Segundo Schortman & Urban (1987: 42), um dos principais problemas era estabelecer a reali-

dade do contato. Os primeiros trabalhos procuravam distinguir entre objetos locais e objetos importados, através de análises mineralógicas e químicas dos artefatos e, se possível, também relacionar os produtos importados a suas fontes de origem. A falta de estudos geológicos regionais mais detalhados para a maioria das áreas pesquisadas constituía, entretanto, um entrave para a continuidade das discussões.

Por outro lado, os pesquisadores procuravam desenvolver questões ainda mais complexas, referentes à intensidade e volume da troca inter-regional, a extensão das redes envolvidas, a conexão existente entre os membros interagentes e o valor dos bens trocados. Diferentes alternativas de estudo foram exploradas. Em primeiro lugar, a análise da distribuição dos bens de troca no espaço permitiria definir a extensão da rede, bem como a intensidade do contato. Já através do estudo da produção dos bens (acesso à matéria prima, identificação de especialização de trabalho, etc.), permitiria identificar a organização da produção, possibilitando discutir aspectos de hierarquia sócio-política entre os membros da sociedade.

Embora, na prática, os estudos não tenham conseguido evoluir significativamente, as reflexões ao menos indicaram a complexidade intrínseca aos sistemas de troca. Por outro lado, estes estudos começaram a demonstrar uma série de limitações. A principal delas é que a troca não poderia ser considerada como o único fenômeno de interação cultural. Na verdade, a troca seria apenas uma parte da interação, e sua intensidade e volume também não necessariamente refletiriam a importância da interação.

Outros problemas que podem ser citados são a dificuldade em estabelecer a contemporaneidade dos assentamentos envolvidos na rede de troca; a recuperação de bens de troca perecíveis; e o desenvolvimento de técnicas amostrais que permitissem a especificação do montante de bens envolvidos na troca.

A Escola Processual, entretanto, enfatizou muito os aspectos ambientais, a economia e, principalmente, a subsistência, relegando para um segundo plano aspectos sociais e cognitivos. A reação veio através de uma grande diversificação de abordagens, já a partir da década de 70, baseada em propostas vindas, num primeiro momento, de estudos arquitetônicos e literários e, em seguida, da Filosofia da Ciência. Esta reação caracterizou inicialmente a Escola denominada Pós-Processual

(em oposição à Arqueologia Processual defendida pela *New Archaeology*). Entre as diferentes influências recebidas por esta corrente podemos citar o Neo-Marxismo, o Pós-Positivismo e a Hermenêutica (vide, entre outros, Hodder 1985, 1991 a e b; Shanks & Tilley 1987, 1989; Salmon 1992; Leone 1982; Preucel 1991).

Um dos grandes elementos diferenciadores desta corrente é reconhecer o indivíduo como agente em processos de mudança social. Da mesma forma, defende-se que a cultura material é constituída de significado, resultando de ações deliberadas de membros da sociedade, cujos pensamentos e ações não podem mais ser desprezados. Propõe-se discutir a mudança na sociedade como um todo, analisando as relações sociais e os conflitos internos existentes, de maneira a recuperar o panorama social, econômico, político e ideológico onde o fenômeno de mudança cultural conseguiu se desenvolver.

Estudos contemporâneos de etnicidade trouxeram elementos novos à discussão. Segundo estes estudos, a interação cultural ocorreria de acordo com o status étnico definido pelo indivíduo. Por outro lado, cada indivíduo tem acesso a uma variedade de status, dentro de uma escala que varia da identidade mais exclusiva à mais cotidiana, cada uma delas marcada por especificidades sociais. Cada status só existe em oposição a outro status, em nível similar de generalização. O indivíduo definiria publicamente, assim, seu status, de acordo com a situação. A escolha da representação étnica pode ter, assim, uma variedade infinita e seu uso é difícil de prever.

Todavia, o reconhecimento do status em contexto arqueológico é ainda bastante problemático, uma vez que os elementos utilizados para definir

distinções étnicas podem ser “invisíveis” como cor de pele, vestimenta ou adornos. Algumas alternativas têm sido apresentadas, como o conceito de “salient identities” (Schortman & Urban 1987: 92), que objetiva reconhecer ao menos os status mais regularmente utilizados pelos indivíduos (e que, portanto, podem ter deixado vestígios no registro arqueológico).

Como conclusão, podemos salientar que, mesmo lidando com perspectivas bastante distintas, as diferentes escolas teóricas atualmente vigentes na Arqueologia apontam, unânimes, a importância de se considerar a interação como um dos elementos críticos em estudos de mudança cultural. As sociedades não são mais vistas como elementos isolados, mas sim como dependentes entre si, garantindo, desta forma, a sobrevivência e reprodução de seus padrões sócio-culturais. Assim, as sociedades não podem ser vistas como isoladas umas das outras, pois o desenvolvimento e mudanças ocorridos em uma delas só poderão ser integralmente compreendidos com referência aos eventos que ocorram entre seus companheiros contemporâneos de interação.

Sem dúvida, existem ainda hoje consideráveis lacunas teóricas e, principalmente, metodológicas, no estudo a interação cultural. O grande desafio continua sendo, como há décadas atrás, definir sob que condições a interação tem significado em processos de mudança cultural. Certamente, um conhecimento mais aprofundado do panorama existente em determinada sociedade em momento anterior à mudança, bem como o conhecimento do panorama no momento do evento, trariam maior clareza à análise e, talvez, novas perspectivas arqueológicas de investigação.

### Referências bibliográficas

- BENETT, W.  
1948 The Peruvian Co-tradition. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 13:1-7.
- BOAS, F.  
1940a Evolution or Dissusion? F. Boas (Ed.) *Race, Language and Culture*. New York, Free Press: 290-294.  
1940b The Aims of Anthropological Research. F. Boas (Ed.) *Race, Language and Culture*. New York, Free Press: 243-259.
- CALDWELL, J.  
1959 The New American Archaeology. *Science*, 129: 303-307.
- COLLINS, H.  
1940 Eskimo Prehistory. *Essays in Historical Anthropology of North America*. Smithsonian Institution Miscellaneous Collections vol. 100. Washington D.C., Smithsonian Institution: 553-592.
- DIXON, R.  
1928 *The Building of Cultures*. New York: Charles Scribner's Sons.
- HODDER, I.  
1985 Postprocessual Archaeology. M. Schiffer (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory* vol.8. New York, Academic Press:1-26.

- 1991a Postprocessual Archaeology and the current debate. R.W.Preucel (Ed.) *Processual and Post-processual archaeologies: multiple ways of knowing the past*. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, Occasional Paper n.10, Carbondale: 30-41.
- 1991b *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1994 *Interpretación en Arqueología*. Barcelona: Crítica.
- LEONE, M.  
1984 Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. D. Miller; C. Tilley (Eds.) *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge, Cambridge University Press: 25-35.
- LOWIE, R.  
1917 *Culture and Ethnology*. New York: Basic Books.
- MALINA, J.; VASÍCEK, Z.  
1990 *Archaeology, Yesterday & Today*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEGGERS, B.  
1954 Environmental limitations on the development of Culture. *American Anthropologist*, 56: 801-824.
- 1955 Functional and Evolutionary Implications of Community Patterning. R. Wauchope (Ed.) *Seminars in Archaeology 1955 SAA*, Salt Lake City: 129-157.
- 1971 The Coming of Age of American Archaeology. *New Interpretations of Aboriginal American Culture History*. Anthropological Society of Washington, D.C.: 116-129.
- McKERN, W.  
1939 The Midwestern Taxonomic Method as an aid to Archaeological Study. *American Antiquity*, 4: 301-313.
- MORGAN, L.  
1870 *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*. Washington D.C.: Smithsonian Institution.
- 1877 *Ancient Society* (Ed. Leacock). New York: World Publishing.
- PREUCEL, R.W.  
1991 *Processual and Postprocessual Archaeologist: multiple ways of knowing the past*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper n.10, Carbondale: Southern Illinois University.
- ROUSE, I.  
1953 The Strategy of Culture History. A. Kroeber (Ed.) *Anthropology Today*. Chicago, University of Chicago Press: 57-76.
- SALMON, W.T.  
1992 Postprocessual explanation in Archaeology. L. Embree (Ed.) *Meta-Archaeology*, Boston Studies in the Philosophy of Science. Boston: Kluwer Academic Press.
- SHANKS, M.; TILLEY, C.  
1986 *Social Theory and Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- 1989 Archaeology into the 1990s. *Norwegian Archaeological Review*, 22: 1-12.
- SCHORTMAN, E.M.; URBAN, P.A.  
1987 Modeling interregional interaction in Prehistory. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 11: 37-95.
- 1992 The place of interaction studies in archaeological thought. E.M. Schortman; P.A. Urban (Eds) *Resources, Power and Interregional Interaction*. New York & London, Plenum Press: 3-22.
- STEWART, J.H.  
1937 Ecological aspects of Southwestern Society. *Anthropos*, 32: 87-104.
- 1942 The direct historical approach to Archaeology. *American Antiquity*, 7 (4) : 337-433.
- 1949 Cultural Causality and Law: a trial formulation of the development of early civilizations. *American Anthropologist*, 51: 1-27.
- 1954 *Theory of Cultural Change*. Urbana: University of Illinois Press.
- 1966 Toward understanding cultural evolution. *Science*, 153: 729-730.
- TRIGGER, B.G.  
1989 *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TYLOR, E.  
1871 *Primitive Culture* (vol. 1 e 2). New York: Harper & Row.
- 1878 *Researches into the Early History of Mankind and the Development of Civilization*, Henry Holt.
- WHITE, L.  
1945 Diffusion vs. Evolution: an anti-evolution fallacy. *American Anthropologist*, 47: 339-356.
- 1957 Evolution and Diffusion. *Antiquity* 31: 214-218.
- 1971 *The Science of Culture*. Farrar, Straus & Giroux, New York.
- WILLEY, G.R.; SABLÖFF, J.A.  
1993 *A History of American Archaeology*. New York: W.H. Freeman and C.